

# Contratações de Tecnologia da Informação para Concursos

**Módulo 3**: Decreto 7.174/2010 e Questões avançadas

**Prof. Yuri Moraes**

[www.itnerante.com.br/profile/YuriMoraesBezerra](http://www.itnerante.com.br/profile/YuriMoraesBezerra)

[www.facebook.com/yuri.moraes](http://www.facebook.com/yuri.moraes)

# Abordagem

- ▶ Módulo 1 → Introdução às Contratações Públicas, Planejamento da TI, Visão Geral do Modelo de Contratações, Introdução a IN 04
- ▶ Módulo 2 → Processo de contratação de soluções de TI segundo a IN 04/2010 e jurisprudência do TCU
  - Planejamento da contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão Contratual
- ▶ Módulo 3 → Decreto 7.174/2010 e Questões Avançadas

# Sumário

## 1. Decreto 7.174/2010

- Teoria (remanescente)
- Questões

## 2. Questões Avançadas

- Terceirização da TI
- Planejamento
- Seleção do Fornecedor
- Gerenciamento do Contrato

Grupo de discussão na rede ITnerante

Licitações e Contratos de TI

<http://www.itnerante.com.br/group/licitaesecontratosdeti>

# Quem sou eu...

- ▶ Analista de Informática Legislativa – Senado Federal
  - Trabalhei antes na CGU, realizando auditorias nos contratos e na gestão de TI dos órgãos do governo federal
- ▶ Aprovado e convocado em:
  - Senado (2012), CGU (2012), TRT-PE (2012), Petrobras (2011), TRT-AL (2011), TJ-PE (2012), MPE-PE (2012), CGE-PE (2010), MPE-PB (2007) e Dataprev (2009).
- ▶ Certificações
  - ITIL, IBM-RUP, Java Programmer (SCJP) e Java Web (SCWCD)
- ▶ Mestre em Informática (UFPB)
  - Ênfase em engenharia de software e sistemas distribuídos
- ▶ Experiências anteriores
  - Engenheiro de software (empresa privada)
  - Professor universitário
  - Analista de Controle Interno – Controladoria Geral do Estado (PE)

# Links de interesse

## ▶ Meus outros cursos:

- Governo Eletrônico (e-MAG / e-PING)
- Portais Corporativos
- BPM – Processos de Negócio
- Workflow e Gestão Eletrônica de Documentos

<http://www.provasdeti.com.br/index.php/por-professor/yuri-morais.html>

## ▶ Rede Social ITnerante

<http://www.itnerante.com.br/>

## ▶ Lista de Discussão TIMasters

<http://br.groups.yahoo.com/group/timasters/>

# Decreto 7.174/2010

# Decreto 7.174/2010

- ▶ Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação
  - pela **administração pública federal**, direta ou indireta
  - pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público
  - pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da **União**.
- ▶ Aborda:
  - Planejamento da Contratação
  - Preferências → tecnologia nacional, micro e pequenas empresas
  - Tipos e Modalidades de Licitação
  - Critérios e Parâmetros de Julgamento

# Planejamento da Contratação

- ▶ A aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e automação deverá ser precedida da elaboração de planejamento da contratação (...)
- ▶ Vedando-se as especificações que:
  - I. **direcionem** ou **favoreçam** a contratação de um fornecedor específico;
  - II. não representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade; e
  - III. não explicitem métodos objetivos de mensuração do desempenho dos bens e serviços de informática e automação.

# Exigências no edital [art. 3º]

- ▶ Certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo **INMETRO**, que atestem:
  - a) segurança para o usuário e instalações;
  - b) compatibilidade eletromagnética; e
  - c) consumo de energia;
- ▶ [apresentadas na fase de **habilitação**]
- ▶ Comprovação da origem dos bens importados
  - e da quitação dos tributos de importação a eles referentes
- ▶ [apresentadas no momento da **entrega do objeto**]
- ▶ Ferramentas de aferição de desempenho que serão utilizadas pela administração para medir o desempenho dos bens ofertados, quando for o caso

# Preferências [art. 5º]

- ▶ Tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e Empresa de Pequeno Porte (EPP)
  - De acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (LC 123/2006)
- ▶ Assegurada preferência, na seguinte ordem:
  - I. tecnologia desenvolvida no País & produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB);
  - II. tecnologia desenvolvida no País;
  - III. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB;
- ▶ O tratamento diferenciado para Microempresas e EPP tem precedência sobre as outras preferências

# Fatores considerados no julgamento técnico das propostas

- ▶ Quando utilizar “Técnica e Preço”, as notas devem considerar os seguintes fatores [art. 10]:
  - a) prazo de entrega;
  - b) suporte de serviços;
  - c) qualidade;
  - d) padronização;
  - e) compatibilidade;
  - f) desempenho; e
  - g) garantia técnica;
- ▶ Os pesos de cada um deles devem ser justificados, de acordo com a finalidade da contratação
- ▶ Pode-se excluir do julgamento até 4 dos fatores acima

Podem ser subdivididos

# Decreto 7.174/2010

## Questões

# Questões

(Cespe – MPOG 2013 – Gestor) Com relação ao Decreto n.º 7.174/2010, julgue os itens seguintes.

De acordo com o referido decreto, é permitida a aquisição de bens mediante planejamento da contratação, inclusive em casos que não representem a real demanda de desempenho do órgão.

# Questões

(Cespe – MPOG 2013 – Gestor) Com relação ao Decreto n.º 7.174/2010, julgue os itens seguintes.

De acordo com o referido decreto, é permitida a aquisição de bens mediante planejamento da contratação, **inclusive em casos que não representem a real demanda** de desempenho do órgão.

→ ERRADO

# Questões

(Cetro – ANVISA 2013) É Correto afirmar que, de acordo com o Decreto nº 7.174/2010, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório .

- a) deverá conter, obrigatoriamente, especificações que direcionem a contratação de um fornecedor específico.
- b) deverá conter, obrigatoriamente, a lista de marcas comerciais elegíveis para a licitação.
- c) não deverá conter especificações que explicitem métodos objetivos de mensuração do desempenho dos bens e serviços de informática e automação.
- d) deverá conter, obrigatoriamente, as normas e especificações técnicas a serem consideradas na licitação.
- e) deverá conter, obrigatoriamente, as especificações que direcionem ou favoreçam a contratação de um fornecedor específico.

# Questões

(Cetro – ANVISA 2013) É Correto afirmar que, de acordo com o Decreto nº 7.174/2010, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório .

- a) deverá conter, obrigatoriamente, especificações que **direcionem a contratação** de um fornecedor específico.
- b) deverá conter, obrigatoriamente, a **lista de marcas** comerciais elegíveis para a licitação.
- c) **não** deverá conter especificações que explicitem **métodos objetivos** de mensuração do desempenho dos bens e serviços de informática e automação.
- d) deverá conter, obrigatoriamente, as normas e especificações técnicas a serem consideradas na licitação.
- e) deverá conter, obrigatoriamente, as especificações que **direcionem ou favoreçam** a contratação de um fornecedor específico.

# Questões

(ESAF – CGU 2012) Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente as exigências, na fase de habilitação, de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos:

- a) segurança das instalações, segurança da informação.
- b) consumo de energia dos no-breaks, segurança para o usuário.
- c) segurança para os clientes, usuários e fornecedores.
- d) compatibilidade energética, mecanismos de segurança da informação.
- e) compatibilidade eletromagnética, segurança para o usuário e instalações.

# Questões

(ESAF – CGU 2012) Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente as exigências, na fase de habilitação, de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos:

- a) segurança das instalações, **segurança da informação**.
- b) **consumo de energia dos no-breaks**, segurança para o usuário.
- c) segurança **para os clientes, usuários e fornecedores**.
- d) compatibilidade **energética**, mecanismos de **segurança da informação**.
- e) compatibilidade eletromagnética, segurança para o usuário e instalações. → CERTO

... e “consumo de energia”

# Questões

(ESAF – CGU 2012) São fatores de pontuação técnica das propostas nas licitações do tipo “técnica e preço”:

- a) Padronização, Integração.
- b) Suporte, Prazo de Manutenção.
- c) Qualidade, Compatibilidade.
- d) Integração, Prazo de Entrega.
- e) Prazo de Manutenção, Desempenho.

# Questões

(ESAF – CGU 2012) São fatores de pontuação técnica das propostas nas licitações do tipo “técnica e preço”:

- a) Padronização, **Integração**.
- b) Suporte, **Prazo de Manutenção**.
- c) **Qualidade, Compatibilidade**. → CERTO
- d) **Integração**, Prazo de Entrega.
- e) **Prazo de Manutenção**, Desempenho.

Critérios → prazo de entrega / suporte de serviços / qualidade / padronização / compatibilidade / desempenho / garantia técnica;

# Questões

(CESPE – TCU 2010) Se determinado órgão público desencadear procedimento licitatório para a aquisição de bens e serviços de tecnologia da automação, e o instrumento convocatório, contudo, não contemplar exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos correspondentes tributos de importação, o edital respectivo contrariará disposição legal expressa, já que a comprovação da origem dos aludidos bens e da quitação dos tributos figura entre os requisitos que devem constar obrigatoriamente do instrumento convocatório.

# Questões

(CESPE – TCU 2010) Se determinado órgão público desencadear procedimento licitatório para a aquisição de bens e serviços de tecnologia da automação, e o instrumento convocatório, contudo, não contemplar exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos correspondentes tributos de importação, o edital respectivo contrariará disposição legal expressa, já que a comprovação da origem dos aludidos bens e da quitação dos tributos figura entre os requisitos que devem constar obrigatoriamente do instrumento convocatório.

→ CERTO

# Questões

(CESPE – MMA 2011) Na aquisição de bens de informática e automação, os órgãos públicos federais devem incluir, no instrumento convocatório, a exigência da apresentação, na fase de habilitação, de certificações para o produto oferecido emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação da segurança para usuários e instalações, da compatibilidade eletromagnética e do consumo de energia.

# Questões

(CESPE – MMA 2011) Na aquisição de bens de informática e automação, os órgãos públicos federais devem incluir, no instrumento convocatório, a exigência da apresentação, na fase de habilitação, de certificações para o produto oferecido emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação da segurança para usuários e instalações, da compatibilidade eletromagnética e do consumo de energia. → CERTO

# Questões

(VUNESP – CETESB 2009) As normas sobre licitações e contratos administrativos de TI prevê que, em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

- I. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- II. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- III. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;
- IV. aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no Capítulo V da Lei Complementar n 123, de 2006, quando for o caso.

Assinale a alternativa que, corretamente, aponta a ordem de preferência.

- a) I, III, IV e II.
- b) II, III, I e IV.
- c) IV, III, II e I.
- d) I, II, III e IV.
- e) IV, I, III, II.

# Questões

(VUNESP – CETESB 2009) As normas sobre licitações e contratos administrativos de TI prevê que, em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

- I. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- II. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- III. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;
- IV. aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no Capítulo V da Lei Complementar n 123, de 2006, quando for o caso.

Assinale a alternativa que, corretamente, aponta a ordem de preferência.

- a) I, III, IV e II.
- b) II, III, I e IV.
- c) IV, III, II e I.
- d) I, II, III e IV.

e) IV, I, III, II. → CERTO

# Questões

(Cetro – ANVISA 2013) Com base no Decreto nº 7.174/2010, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) As micro e pequenas empresas que atendam ao disposto na Lei terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às grandes e médias empresas.
- ( ) Será assegurada preferência na contratação de bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) em relação a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.
- ( ) Será assegurada preferência na contratação de bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País em relação a bens e serviços produzidos de acordo com o PPB.

- a) F/ F/ V
- b) F/ V/ F
- c) V/ V/ V
- d) V/ V/ F
- e) V/ F/ F

# Questões

(Cetro – ANVISA 2013) Com base no Decreto nº 7.174/2010, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

(V)As micro e pequenas empresas que atendam ao disposto na Lei terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às grandes e médias empresas.

(V)Será assegurada preferência na contratação de bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) em relação a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.

(V)Será assegurada preferência na contratação de bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País em relação a bens e serviços produzidos de acordo com o PPB.

a) F / F / V

b) F / V / F

c) V / V / V → CERTO

d) V / V / F

e) V / F / F

# Questões avançadas Licitações e Contratos de TI Terceirização

# Questões

(Cespe – ANAC 2009) A administração fica estritamente vinculada às normas e às condições do edital e qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 8.666/1993.

# Questões

(Cespe – ANAC 2009) A administração fica **estritamente vinculada às normas e às condições do edital** e qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 8.666/1993.

→ CERTO

# Questões

(FGV – FIOCRUZ 2010) A terceirização não garante por si só a qualidade do serviço.

(Cespe – TCU 2010) As atividades de informática, como as de telecomunicações, devem ser, de preferência, objeto de execução indireta.

# Questões

(FGV – FIOCRUZ 2010) A terceirização não garante **por si só** a qualidade do serviço.

→ CERTO

(Cespe – TCU 2010) As atividades de informática, como as de telecomunicações, devem ser, de preferência, objeto **de execução indireta**.

→ CERTO

# Questões

(Cespe – TCU 2010) Atenderá aos atos normativos do MPOG a contratação, por órgão público, de suporte técnico para os seus processos de planejamento e avaliação da qualidade dos serviços de tecnologia da informação, desde que sob a supervisão exclusiva de servidores do órgão.

# Questões

(Cespe – TCU 2010) Atenderá aos atos normativos do MPOG a contratação, por órgão público, de suporte técnico para os seus processos de planejamento e avaliação da qualidade dos serviços de tecnologia da informação, desde que sob a supervisão exclusiva de servidores do órgão. → CERTO

Lei 8.666/93. Art.67 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

# Questões

(FGV – FIOCRUZ 2010) Assinale a alternativa que não apresenta um motivo para terceirização da área de Tecnologia da Informação

- a) Previsibilidade dos gastos e prazos.
- b) Agilidade na implementação de soluções.
- c) Redução de custos.
- d) Garantia de qualidade nos serviços e produtos desenvolvidos.
- e) Transferência de responsabilidades.

# Questões

(FGV – FIOCRUZ 2010) Assinale a alternativa que não apresenta um motivo para terceirização da área de Tecnologia da Informação

- a) Previsibilidade dos gastos e prazos.
- b) Agilidade na implementação de soluções.
- c) Redução de custos.
- d) Garantia de qualidade nos serviços e produtos desenvolvidos.

e) Transferência de responsabilidades. → ERRADO

# Questões

(FGV – FIOCRUZ 2010) Assinale a alternativa que apresenta os fatores críticos na terceirização de Tecnologia da Informação (TI).

- a) Desenvolver sistemas de aplicativos ou adquiri-los de fornecedores externos.
- b) Manter um inventário de serviços instalados ou planejados.
- c) Verificar periodicamente a adequação dos sistemas e aplicativos às suas necessidades.
- d) Preparar a estrutura interna para escolher o parceiro e redigir o contrato.
- e) Prestar suporte de TI.

# Questões

(FGV – FIOCRUZ 2010) Assinale a alternativa que apresenta os fatores críticos na terceirização de Tecnologia da Informação (TI).

- a) Desenvolver sistemas de aplicativos ou adquiri-los de fornecedores externos.
- b) Manter um inventário de serviços instalados ou planejados.
- c) Verificar periodicamente a adequação dos sistemas e aplicativos às suas necessidades.
- d) Preparar a estrutura interna para escolher o parceiro e redigir o contrato. → CERTO
- e) Prestar suporte de TI.

# Questões

(ESAF – CGU 2012) [adaptada: Assinale C ou E]

1. Serviços distintos devem ser licitados e contratados separadamente.
2. A segregação de funções impede a contratação do mesmo prestador para realizar serviços de execução e fiscalização relativos ao mesmo objeto.

# Questões

(ESAF – CGU 2012) [adaptada: Assinale C ou E]

1. Serviços distintos devem ser licitados e contratados separadamente.

→ CERTO

2. A segregação de funções impede a contratação do mesmo prestador para realizar serviços de execução e fiscalização relativos ao mesmo objeto.

→ CERTO

# Questões avançadas Licitações e Contratos de TI Planejamento

# Questões

(MPOG 2013 – temporário) A contratação para gestão de processos de tecnologia da informação e segurança da informação deve ser precedida de planejamento alinhado ao planejamento estratégico do órgão.

# Questões

(MPOG 2013 – temporário) A contratação para gestão de processos de tecnologia da informação e segurança da informação deve ser precedida de planejamento alinhado ao planejamento estratégico do órgão.

→ ERRADO

# Questões

(Cespe – TCU 2009) A Instrução Normativa n.º 4 SLTI/MPOG regulamenta a Lei n.º 8.666/1993 no que concerne a introduzir a obrigatoriedade de apresentação do PDTI do órgão licitante durante um certame licitatório.

# Questões

(Cespe – TCU 2009) A Instrução Normativa n.º 4 SLTI/MPOG regulamenta a Lei n.º 8.666/1993 no que concerne a introduzir a **obrigatoriedade** de **apresentação do PDTI do órgão licitante durante um certame licitatório**.

→ ERRADO

# Questões

(Cespe – BASA 2010) Para que o serviço possa ser licitado em conformidade com a IN nº 4/2010 da SLTI, o órgão licitante deverá desenvolver estratégia geral de TI própria, à qual estão vinculados o plano diretor de TI do órgão bem como a aquisição do serviço.

# Questões

(Cespe – BASA 2010) Para que o serviço possa ser licitado em conformidade com a IN nº 4/2010 da SLTI, o **órgão licitante deverá desenvolver estratégia geral de TI própria**, à qual estão vinculados o plano diretor de TI do órgão bem como a aquisição do serviço.

→ ERRADO

# Estratégia Geral da TI (EGTI)

## ► IN 04/2010. [Art. 3º]

- O órgão central do SISP elaborará, em conjunto com os órgãos setoriais e seccionais do SISP, a EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal
- revisada e publicada **anualmente**
- para servir de **subsídio à elaboração dos PDTI** pelos órgãos e entidades integrantes do SISP.

## ► EGTI 2013–2015

- traça a direção da Tecnologia da Informação (TI)
- estabelece nove objetivos estratégicos distribuídos em cinco perspectivas: Sociedade; Governo Federal; Processos Internos; Pessoas, Aprendizado e Crescimento e Financeiro.
- Estabelece também indicadores e suas respectivas metas

# Questões

(Cespe – TCDF 2013) [adaptada] Determinado órgão passou por uma auditoria nos seus processos de contratação, e constatou-se o seguinte aspecto:

→ *Contratação de objeto sem que o órgão possua planejamento estratégico formalmente documentado;*

Esse aspecto não constitui falha na contratação, visto que é permitido substituir o planejamento estratégico por documento existente no órgão, como, por exemplo, o plano plurianual.

# Questões

(Cespe – TCDF 2013) [adaptada] Determinado órgão passou por uma auditoria nos seus processos de contratação, e constatou-se o seguinte aspecto:

→ *Contratação de objeto sem que o órgão possua planejamento estratégico formalmente documentado;*

Esse aspecto não constitui falha na contratação, visto que é **permitido substituir o planejamento estratégico por** documento existente no órgão, como, por exemplo, o **plano plurianual**.

→ **CERTO**

# PDTI, PEI e PPA (IN 04/2010)

Art. 4º As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o **PDTI**, alinhado ao **planejamento estratégico** do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Inexistindo o planejamento estratégico formalmente documentado, será utilizado o documento existente no órgão ou entidade, a exemplo do **Plano Plurianual ou instrumento equivalente**, registrando no PDTI a ausência do planejamento estratégico do órgão ou entidade e indicando os documentos utilizados.

# Questões

(Cespe – PGE–AL 2009) Os editais de licitação podem prever como condição de habilitação a existência de certificado ISO. Assim, caso a empresa interessada em contratar com a administração não tenha essa certificação, a autoridade responsável poderá vedar a sua participação no procedimento licitatório.

# Questões

(Cespe – PGE–AL 2009) Os editais de licitação podem prever como **condição de habilitação** a existência de certificado ISO. Assim, caso a empresa interessada em contratar com a administração não tenha essa certificação, a autoridade responsável poderá vedar a sua participação no procedimento licitatório.

→ ERRADO

# Certificação ISO

## TCU – Acórdão 512/2009 – Plenário

9.3.1. evite utilizar a exigência de certificações técnicas como critério de habilitação;

9.3.2. somente estabeleça as exigências de certificação ISO e de registro no INPI (processo produtivo básico), quando necessárias, como critério apenas classificatório;

# Questões

(Cespe – TCU 2007) Os produtos de tecnologia devem observar os requisitos do negócio, e ser sempre adquiridos pelo menor custo de mercado, independentemente do parque computacional implementado na entidade ou das especificações técnicas, conforme dispõe a Lei N° 8.666/1993.

# Questões

(Cespe – TCU 2007) Os produtos de tecnologia devem observar os requisitos do negócio, e ser **sempre** adquiridos pelo menor custo de mercado, **independentemente do parque computacional** implementado na entidade **ou das especificações técnicas**, conforme dispõe a Lei N° 8.666/1993.

→ ERRADO

# Questões

(Cespe – TCU 2009) [adaptada] Quando da execução da fase de planejamento da contratação de um serviço de TI, nos moldes da Instrução Normativa n.º 4 SLTI/MPOG, o desenvolvimento de um plano de sustentação pode ser efetuado antes da definição da estratégia de contratação do órgão, e deve ser realizado pela área de TI.

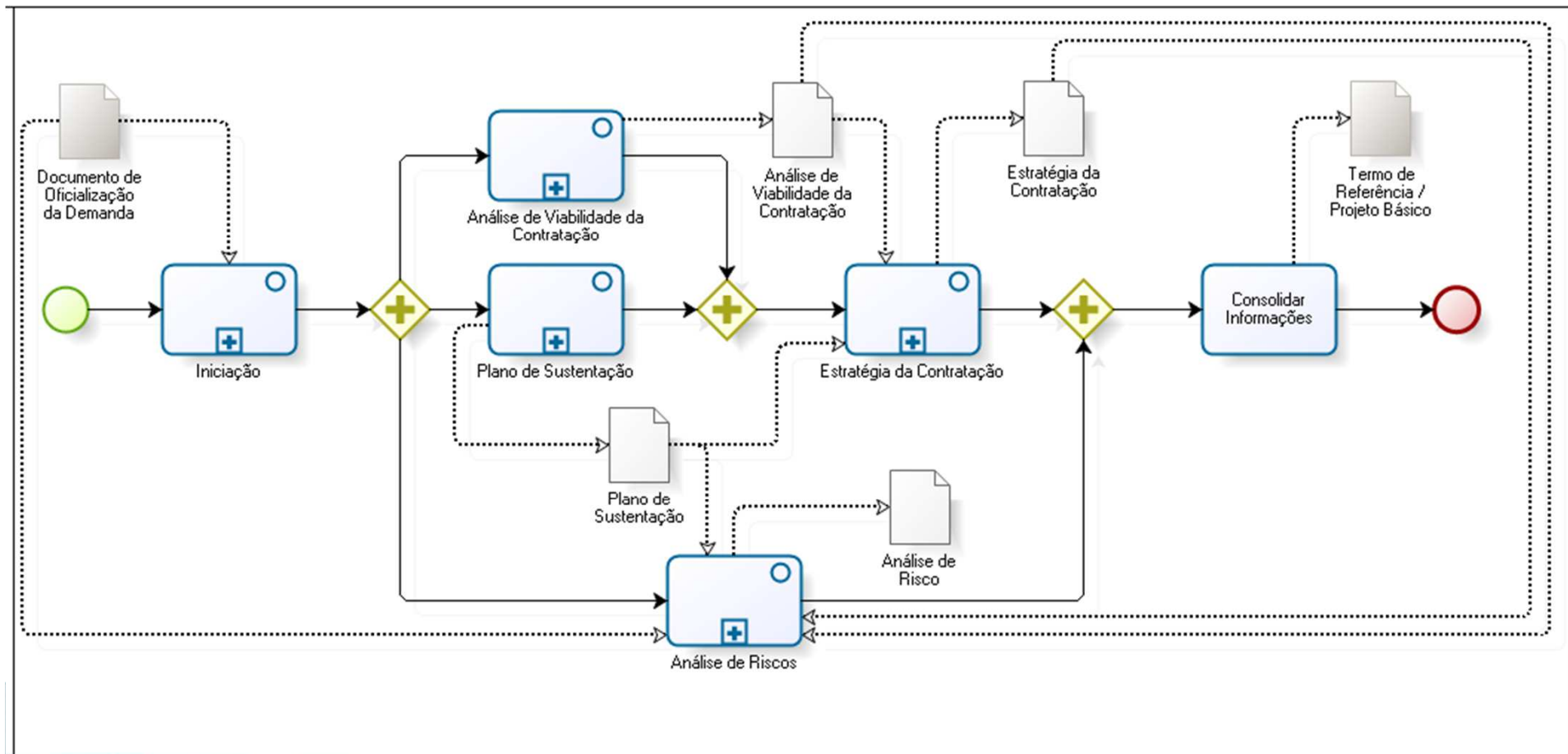
# Questões

(Cespe – TCU 2009) [adaptada] Quando da execução da fase de planejamento da contratação de um serviço de TI, nos moldes da Instrução Normativa n.º 4 SLTI/MPOG, o desenvolvimento de um plano de sustentação pode ser efetuado antes da definição da estratégia de contratação do órgão, e deve ser realizado pela área de TI.

→ ERRADO

“IN 04/2010. Art. 14. O Plano de Sustentação será elaborado pelos Integrantes Técnico e Requisitante,  
(...)”

# Planejamento da Contratação de Soluções de TI



# Questões

(Cespe – Correios 2011) Se a administração pública iniciar procedimento licitatório cujo objeto seja bem sem similaridade ou bem de marca, características ou especificações exclusivas, a licitação será inválida, considerando-se que a lei veda, em caráter absoluto, a inclusão, no objeto da licitação, de bens e serviços sem similaridade ou de marcas e especificações exclusivas.

# Questões

(Cespe – Correios 2011) Se a administração pública iniciar procedimento licitatório cujo objeto seja bem sem similaridade ou bem de marca, características ou especificações exclusivas, a licitação será inválida, considerando-se que a lei veda, em caráter absoluto, a inclusão, no objeto da licitação, de bens e serviços sem similaridade ou de marcas e especificações exclusivas.

→ ERRADO

# Indicação de Marca

- ▶ Súmula TCU 270/2012
  - Em licitações referentes a compras, **inclusive de softwares**, é **possível a indicação de marca**, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificção.
  - Fundamento Legal: Lei 8.666/1993, artigo 15, inciso I.
- ▶ Lei 8.666/93. Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:
  - I – atender ao **princípio da padronização**, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

# Questões

(ESAF – CGU 2012) [adaptada] É vedado à Administração considerar os trabalhadores da empresa prestadora de serviços de desenvolvimento de software como seus colaboradores eventuais, especialmente para a concessão de diárias e passagens.

# Questões

(ESAF – CGU 2012) [adaptada] É vedado à Administração considerar os trabalhadores da empresa prestadora de serviços de desenvolvimento de software como seus colaboradores eventuais, especialmente para a concessão de diárias e passagens.

→ CERTO

- ▶ *IN 04/2010. Art. 7º É vedado:*
- ▶ *I – estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada; (...)*
- ▶ *V – reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;*

# Questões avançadas Licitações e Contratos de TI Seleção do Fornecedor

# Questões

(Cespe – BASA 2010) Uma empresa de natureza pública criada especificamente para a prestação de serviços de TI pode ser contratada sem licitação.

# Questões

(Cespe – BASA 2010) Uma empresa de natureza pública criada especificamente para a prestação de serviços de TI pode ser contratada sem licitação.

→ CERTO

Lei 8.666/93. Art. 24. É dispensável a licitação:

VIII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

# Questões

(Cespe – TCU 2010) É inexigível licitação para a prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno por órgãos ou entidades que integrem a administração pública criados para esse fim específico.

# Questões

(Cespe – TCU 2010) É inexigível licitação para a prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno por órgãos ou entidades que integrem a administração pública criados para esse fim específico.

→ ERRADO

# Não Esquecer!!

- ▶ **IN 04/2010. Art. 1º**
- ▶ Parágrafo único. O disposto nesta Instrução Normativa **não se aplica**:
  - I. às contratações em que **a contratada for órgão ou entidade**, nos termos do art. 24, inciso VIII da Lei nº 8.666, de 1993, **ou Empresa Pública**, nos termos do art. 2º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, modificado pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e
  - II. às contratações cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666, de 1993.
    - Mesmo limite da modalidade "Convite" → R\$ 80.000,00

# Questões

(Cespe – MMA 2011) Para a contratação de bens e serviços de informática pela administração pública, se adotado o critério técnica e preço, não pode ser utilizado o procedimento licitatório na modalidade convite, independentemente do valor desses bens e serviços.

# Questões

(Cespe – MMA 2011) Para a contratação de bens e serviços de informática pela administração pública, se adotado o critério técnica e preço, não pode ser utilizado o procedimento licitatório na modalidade convite, independentemente do valor desses bens e serviços.

→ CERTO

Decreto 7.174/2010. Art. 9º. § 5º .

Quando da adoção do critério de julgamento técnica e preço, será vedada a utilização da modalidade convite , independentemente do valor.

# Questões

(Vunesp – Prodest–ES 2014 ) De acordo com o que prevê, expressamente, a Lei n.º 10.520/2002, a modalidade de licitação denominada pregão, destina-se à aquisição de

- a) produtos de informática e de serviços relacionados à tecnologia de informação
- b) bens e serviços referentes à publicidade e divulgação.
- c) material e serviços de alto custo.
- d) bens e serviços comuns
- e) bens de uso especializado e serviços de manutenção de alta tecnologia.

# Questões

(Vunesp – Prodest–ES 2014 ) De acordo com o que prevê, expressamente, a Lei n.º 10.520/2002, a modalidade de licitação denominada pregão, destina-se à aquisição de

- a) produtos de informática e de serviços relacionados à tecnologia de informação
- b) bens e serviços referentes à publicidade e divulgação.
- c) material e serviços de alto custo.
- d) bens e serviços comuns → CERTO
- e) bens de uso especializado e serviços de manutenção de alta tecnologia.

# Questões

(Cespe – MMA 2011) Para a aquisição de bens e serviços comuns, a administração pública federal deve utilizar a modalidade pregão obrigatoriamente na forma eletrônica.

# Questões

(Cespe – MMA 2011) Para a aquisição de bens e serviços comuns, a administração pública federal deve utilizar a modalidade pregão obrigatoriamente na forma eletrônica.

→ ERRADO

IN 04/2010. Art. 20. Parágrafo único.

Em consequência da padronização existente no mercado de TI, é recomendada a utilização da modalidade Pregão para as contratações de que trata esta Instrução Normativa, (...) preferencialmente na forma eletrônica (...)

# Questões

(Cespe – TCU 2005) A Lei n.º 10.520/2002 adotou a definição de bens e serviços comuns (commodities) como sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Nos termos dessa lei, alguns bens e serviços de informática podem ser enquadrados na categoria bens e serviços comuns, o que garante que sua licitação possa ser feita por meio de pregão eletrônico.

# Questões

(Cespe – TCU 2005) A Lei n.º 10.520/2002 adotou a definição de **bens e serviços comuns** (commodities) como sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Nos termos dessa lei, **alguns bens e serviços de informática podem ser enquadrados na categoria bens e serviços comuns**, o que garante que sua licitação possa ser feita por meio de **pregão eletrônico**.

→ CERTO

# Questões

(ESAF – STN 2013 [adaptada]) Em geral, nem a complexidade dos bens ou serviços de Tecnologia da Informação nem o fato de eles serem críticos para a consecução das atividades dos entes da Administração descaracterizam a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão.

# Questões

(ESAF – STN 2013 [adaptada]) Em geral, nem a complexidade dos bens ou serviços de Tecnologia da Informação nem o fato de eles serem críticos para a consecução das atividades dos entes da Administração descaracterizam a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão.

→ CERTO

# Questões

(ESAF – STN 2013 [adaptada]) Serviços de TI cuja natureza seja predominantemente intelectual não podem ser licitados por meio de Pregão. Tal natureza é típica daqueles serviços em que a arte e a racionalidade humanas são essenciais para a sua execução satisfatória. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos. Neste caso cabe a modalidade de concorrência do tipo menor preço.

# Questões

(ESAF – STN 2013 [adaptada]) Serviços de TI cuja natureza seja predominantemente intelectual não podem ser licitados por meio de Pregão. Tal natureza é típica daqueles serviços em que a arte e a racionalidade humanas são essenciais para a sua execução satisfatória. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos. **Neste caso cabe a modalidade de concorrência do tipo menor preço.**

**→ ERRADO**

# Questões avançadas Licitações e Contratos de TI Gestão do Contrato

# Questões

(FMP-RS – TCE/RS 2011) [adaptada]

A inexecução total ou parcial do contrato administrativo dá à Administração Pública a prerrogativa de aplicar sanções de natureza administrativa, como a multa, mas na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

# Questões

(FMP-RS – TCE/RS 2011) [adaptada]

A inexecução total ou parcial do contrato administrativo dá à Administração Pública a prerrogativa de aplicar sanções de natureza administrativa, como a multa, mas na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

→ CERTO

# Multas, Sanções e ANS

- ▶ Lei 8.666/93. Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
  - I. **advertência**;
  - II. **multa**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
  - III. **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (...)
  - IV. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública (...)
- ▶ Instrução Normativa nº 02/2008. Art. 17. (..)
  - VIII – os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no **ANS**, observando-se o seguinte:
    - a) as **adequações nos pagamentos** estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará às sanções legais; e

# Questões

(FCC – MPE/RS 2010) Nos termos da Lei nº 8.666/93, a duração do contrato de aluguel de equipamentos de informática

- a) não pode ultrapassar o prazo de vinte e quatro meses.
- b) pode ter a duração máxima de trinta e seis meses.
- c) pode se estender, desde logo, pelo prazo de até quarenta e oito meses.
- d) sujeita-se à regra geral, segundo a qual a duração dos contratos não pode superar a vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- e) pode se estender, desde logo, pelo prazo de até sessenta meses.

# Questões

(FCC – MPE/RS 2010) Nos termos da Lei nº 8.666/93, a duração do contrato de aluguel de equipamentos de informática

- a) não pode ultrapassar o prazo de vinte e quatro meses.
- b) pode ter a duração máxima de trinta e seis meses.
- c) **pode se estender, desde logo, pelo prazo de até quarenta e oito meses. → CERTO**
- d) sujeita-se à regra geral, segundo a qual a duração dos contratos não pode superar a vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- e) pode se estender, desde logo, pelo prazo de até sessenta meses.

# Obrigado!

Yuri Moraes <http://www.itnerante.com.br/profile/YuriMoraesBezerra>

Grupo de discussão na rede ITnerante

[Licitações e Contratos de TI](http://www.itnerante.com.br/group/licitaesecontratosdeti)

<http://www.itnerante.com.br/group/licitaesecontratosdeti>

## Meus outros cursos:

- Governo Eletrônico (e-MAG / e-PING)
- Portais Corporativos
- BPM – Processos de Negócio
- Workflow e Gestão Eletrônica de Documentos

<http://www.provasdeti.com.br/index.php/por-professor/yuri-morais.html>

